

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 169 – 19/10 à 23/10/2020

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Descomplica Trabalhista: governo lança programa de eliminação da burocracia para geração de oportunidades](#)

Ministério da Economia - 22/10/2020

Portarias revogadas, normas mais modernas em substituição ao que não faz mais sentido e modificações para tornar o eSocial mais simples são as primeiras entregas do Descomplica Trabalhista, o programa de eliminação da burocracia para geração de oportunidades. Ao todo, dois mil documentos do antigo Ministério do Trabalho estão sendo revistos e consolidados em menos de dez.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[PDT pede que STF declare que estados e municípios também podem exigir vacinação compulsória](#)

Supremo Tribunal Federal - 21/10/2020

O Partido Democrático Trabalhista (PDT) ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6586), com pedido de medida liminar, requerendo que o Supremo Tribunal Federal (STF) fixe a orientação de que compete aos estados e aos municípios determinarem a realização compulsória de vacinação e outras medidas profiláticas no combate à pandemia da Covid-19, “desde que as medidas adotadas, amparadas em evidências científicas, acarretem maior proteção ao bem jurídico transindividual”.

[Soldador que trabalhou em pé por sete anos receberá reparação por sofrer fascite plantar](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 23/10/2020

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Tuper S.A., processadora de aço de Bento do Sul (SC), ao pagamento de R\$ 10 mil de reparação a um soldador que desenvolveu fascite plantar nos dois pés depois de trabalhar em pé por sete anos na solda de peças de escapamento. Por ele ter sobrepeso, o laudo pericial concluiu que o trabalho atuou como causa conjunta para o surgimento da doença ocupacional.

[Indústria de calçados pode pedir certidão de antecedentes para admissão de empregado](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 22/10/2020

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o exame do recurso de um ex-empregado da Alpargatas S.A., de Campina Grande (PB), que pretendia receber indenização por dano moral porque a empresa havia exigido que apresentasse certidão de antecedentes criminais para admissão. Segundo o colegiado, não houve lesão moral ou ofensa à lei.

[Indústrias não são responsáveis por dívida de empreiteiro com soldador](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 22/10/2020

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho não admitiu o recurso de um soldador que pretendia responsabilizar por débitos trabalhistas três empresas que haviam contratado sua empregadora, a microempresa Emontcontrau Engenharia e Montagens Eletromecânicas Ltda., de Curitiba (PR), por empreitada. Ao modular os efeitos da tese jurídica fixada em Incidente de Recurso de Revista Repetitivos (IRR), os ministros negaram a responsabilidade das proprietárias das obras, que fizeram contrato de empreitada com empresa sem idoneidade econômico-financeira.

[Dano moral nas relações de trabalho é destaque do “Trabalho em Pauta”](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 20/10/2020

O 11º episódio do podcast “Trabalho em Pauta” já está disponível em diversas plataformas de streaming de áudio e no site da Rádio TST. Nesta semana, o tema a ser debatido é o dano moral nas relações trabalhistas. De quem é a responsabilidade pela comprovação do dano sofrido? Qual a diferença entre dano extrapatrimonial e dano moral? A violação do direito à desconexão pode desencadear o pagamento de indenização? O ministro do Tribunal Superior do Trabalho Augusto César responde a essas e a outras perguntas.

[Calendário oficial do TST para 2021 está disponível para download](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 19/10/2020

O Tribunal Superior do Trabalho divulgou seu calendário oficial para 2021, com as datas das sessões de julgamento, feriados, recessos e eventos institucionais. Clique [aqui](#) para baixar o calendário.



Notícias do Executivo

[Governo anuncia novo eSocial Simplificado](#)

Ministério da Economia - 23/10/2020

Foram publicadas nesta sexta-feira (23/10) as Portarias Conjuntas da Receita Federal do Brasil (RFB) e da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPRT) [nº 76](#) e [nº 77](#), que criam um novo leiaute para a escrituração de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais que substituirá o eSocial atual e reformulam o cronograma de implantação.

[Receita altera Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais para facilitar preenchimento](#)

Ministério da Economia - 23/10/2020

Com o objetivo de simplificar o procedimento de vinculação das compensações e facilitar a emissão do Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) considerando os valores compensados, a Receita Federal do Brasil (RFB) promoveu alterações na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFWeb), a partir da integração com o Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DComp Web).

[Assistente virtual do Meu INSS já realizou 5,9 milhões de atendimentos](#)

Ministério da Economia - 23/10/2020

Desde o lançamento da assistente virtual do Meu INSS – denominada Helô – em maio deste ano, já foram realizados por meio da ferramenta 5,9 milhões de atendimentos relacionados a esclarecimentos de dúvidas ou consultas de processos sobre requerimentos, informações sobre atendimento nas agências, serviços, resultados de perícias médicas e auxílio-doença, entre outros.

[Receita Federal prorroga flexibilização de regra para entrega de documentos](#)

Ministério da Economia - 23/10/2020

A Receita Federal estendeu, até o dia 31 de dezembro, a regra que flexibiliza a entrega de documentos por conta do estado de emergência de saúde decorrente da pandemia causada pela Covid-19. A [Instrução Normativa RFB nº 1.983/2020](#), publicada na edição desta sexta-feira (23/10) do Diário Oficial da União, permite a entrega de cópias simples de documentos, em formato digital ou físico, sem que seja obrigatória a apresentação do documento original até o final de 2020.

[INSS esclarece que pagamento de benefícios não serão suspensos por falta de reabilitação profissional](#)

Ministério da Economia - 22/10/2020

Devido às medidas de enfrentamento da pandemia da Covid-19, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) não suspenderá os pagamentos de benefícios referentes aos meses de novembro e dezembro deste ano aos beneficiários que ficaram impossibilitados de participar do Programa de Reabilitação Profissional. A medida consta da [Portaria nº 1.070/2020](#), publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira (22/10).

[Portaria do INSS normatiza prova de vida para beneficiários que moram no exterior](#)

Ministério da Economia - 20/10/2020

Para evitar bloqueios, suspensões ou cancelamentos de benefícios, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) passou a dispensar, excepcionalmente, o envio do comprovante de remessa dos documentos originais para a prova de vida durante a pandemia do novo coronavírus. De acordo com a [Portaria nº 1.062/2020](#), publicada no Diário Oficial da União (DOU) de segunda-feira (19/10), os beneficiários que residem em países nos quais o serviço de correio local não esteja funcionando, poderão anexar informações que registrem a impossibilidade de utilização dos serviços postais.

[Governo avança para a última regulamentação pendente da Lei de Liberdade Econômica](#)

Ministério da Economia - 19/10/2020

Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade (Seae), ligada à Secretaria Especial de Produtividade do Ministério da Economia (Sepec/ME) abriu, nesta segunda-feira (19/10), [consulta pública](#) sobre o decreto que regulamentará medidas de desburocratização, simplificação e combate à corrupção na administração pública brasileira. A Secretaria espera colher contribuições do setor produtivo e de órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional até 19 de novembro de 2020, por meio do e-mail institucional seae@economia.gov.br.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT-SC notifica empresas para que promovam o afastamento remunerado das gestantes do trabalho durante a pandemia de Covid-19](#)

Ministério Público do Trabalho - 22/10/2020

O Ministério Público do Trabalho emitiu notificação às empresas de todos os setores de Santa Catarina para que retirem as gestantes do trabalho presencial, durante o período de transmissão comunitária da Covid-19, independentemente da idade gestacional, sem prejuízo da remuneração. A recomendação é para que as gestantes, sempre que possível, realizem as atividades laborais de modo remoto, por equipamentos e sistemas informatizados, quando compatível com a função.

Auditor Fiscal do Trabalho

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Nota de alerta – Governo segue fragilizando a segurança no trabalho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 23/10/2020

Com pompa e circunstância o governo anunciou nesta quinta-feira, 22 de outubro, a revogação de 48 portarias do extinto Ministério do Trabalho – MTb e uma ampla revisão que poderá alcançar até duas mil normas trabalhistas, que serão reduzidas a cerca de dez, segundo estimativas do Ministério da Economia. As portarias revogadas vão de 2004 até 2018, último ano de funcionamento do MTb, com conteúdo administrativo, considerado inútil pela Secretaria Especial da Previdência e do Trabalho e pelo Ministério da Economia. A iniciativa foi batizada de “Descomplica Trabalhista”, oficialmente imbuída da intenção de eliminar a burocracia.

Outras Notícias

[Sem regulamentação necessária, disparam processos sobre home office](#)

Consultor Jurídico - 24/10/2020

À medida que o teletrabalho é cada vez mais utilizado durante a crise da Covid-19, cresce também o número de ações judiciais trabalhistas que envolvem o tema. Dados do Termômetro da Covid-19 — plataforma mantida pela ConJur em parceria com a Finted e a DataLawyer Insights — mostram que, dentre quase 130 mil processos trabalhistas relacionados ao coronavírus, 5.138 citam a expressão “home office”.

[Especialistas repercutem artigo de Gandra Filho na ConJur](#)

Consultor Jurídico - 23/10/2020

Em artigo de pouco mais de 40 páginas, [publicado](#) com exclusividade pela ConJur, Ives Gandra Martins Filho, ministro decano do Tribunal Superior do Trabalho, busca compreender o viés fortemente protecionista da Justiça do Trabalho e seu confronto com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em matéria trabalhista à luz de casos concretos, adentrando nas possíveis motivações e nas conseqüentes reações à jurisprudência oriunda do TST.

[Empresa não pode demitir trabalhador em licença médica, decide TRT-1](#)

Consultor Jurídico - 22/10/2020

Quando o empregado se afasta por licença médica, o contrato de trabalho fica suspenso. Logo, ele não pode ser demitido. Com esse entendimento, a desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ) Marise Costa Rodrigues concedeu liminar para ordenar a reintegração imediata de um bancário do Itaú Unibanco. A decisão é de 9 de setembro.

[Sem lei, Judiciário não pode autorizar saque de FGTS por epidemia de Covid-19](#)

Consultor Jurídico - 22/10/2020

Na falta de legislação, Judiciário não pode estabelecer regras para saque de FGTS devido à epidemia de coronavírus. Com esse entendimento, a 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região manteve decisão que negou a liberação do fundo a um trabalhador em razão da Covid-19.

[Mesmo sem vínculo com vítima, empresa deve pagar indenização por morte no trabalho](#)

Consultor Jurídico - 21/10/2020

A falta de zelo, fiscalização e vigilância na prestação de serviços pode causar acidentes; a empresa que assim age deve assumir responsabilidade mesmo que não tenha vínculo empregatício com a vítima. Com esse entendimento, a 10ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-RS) manteve a condenação solidária de uma concessionária de energia pela morte de um motorista de ônibus eletrocutado.

[Justa causa por desídia só é ilegal se demissão ocorreu por ato já punido](#)

Consultor Jurídico - 20/10/2020

A existência de punições anteriores dadas pelo empregador pela ocorrência de faltas não-justificadas só vai caracterizar dupla punição se o empregado, ao final, for dispensado por um dos atos faltosos já punidos. Fora dessa hipótese, a punição anterior indica apenas que o empregador observou o princípio da graduação das penas.

[Entidade só pode representar categoria quando está devidamente regularizada](#)

Consultor Jurídico - 19/10/2020

Uma entidade só adquire personalidade jurídica para representar determinada categoria quando possui regular registro no âmbito do Ministério do Trabalho ou do Ministério da Justiça. Antes disso, a organização é meramente uma associação civil.



Atos Normativos

[PORTARIA INSS N.º 1.062, DE 15 DE OUTUBRO DE 2020](#) (DOU de 19/10/2020 Seção I Pág. 91) - Especifica procedimentos para comprovação de vida pelos beneficiários que residem no exterior;

[PORTARIA CARF N.º 22.564, DE 20 DE OUTUBRO DE 2020](#) (DOU de 21/10/2020 Seção I Pág. 16) - Estende, temporariamente, à 2ª Seção de Julgamento, a competência para processar e julgar os recursos da Câmara Superior de Recursos Fiscais que versem sobre as matérias que especifica.

[PORTARIA INSS N.º 1.070, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020](#) (DOU de 22/10/2020 Seção I Pág. 118) - Prorroga a rotina de suspensão de benefícios por impossibilidade da execução do programa de Reabilitação Profissional.

[PORTARIA ME N.º 353, DE 20 DE OUTUBRO DE 2020](#) (DOU de 22/10/2020 Seção I Pág. 49) - Altera a Portaria n.º 447, de 25 de outubro de 2018, do extinto Ministério da Fazenda, que estabelece os prazos para cobrança administrativa no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia - RFB e para encaminhamento de créditos para fins de inscrição em dívida ativa da União pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

[PORTARIA ME N.º 355, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020](#) (DOU de 23/10/2020 Seção I Pág. 394) - Revoga Portarias do extinto Ministério do Trabalho.

[PORTARIA CONJUNTA SEPRT N.º 76, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020](#) (DOU de 23/10/2020 Seção I Pág. 433) - Dispõe sobre o cronograma de implantação do Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (eSocial). (Processo n.º 19964.112235/2020-35)

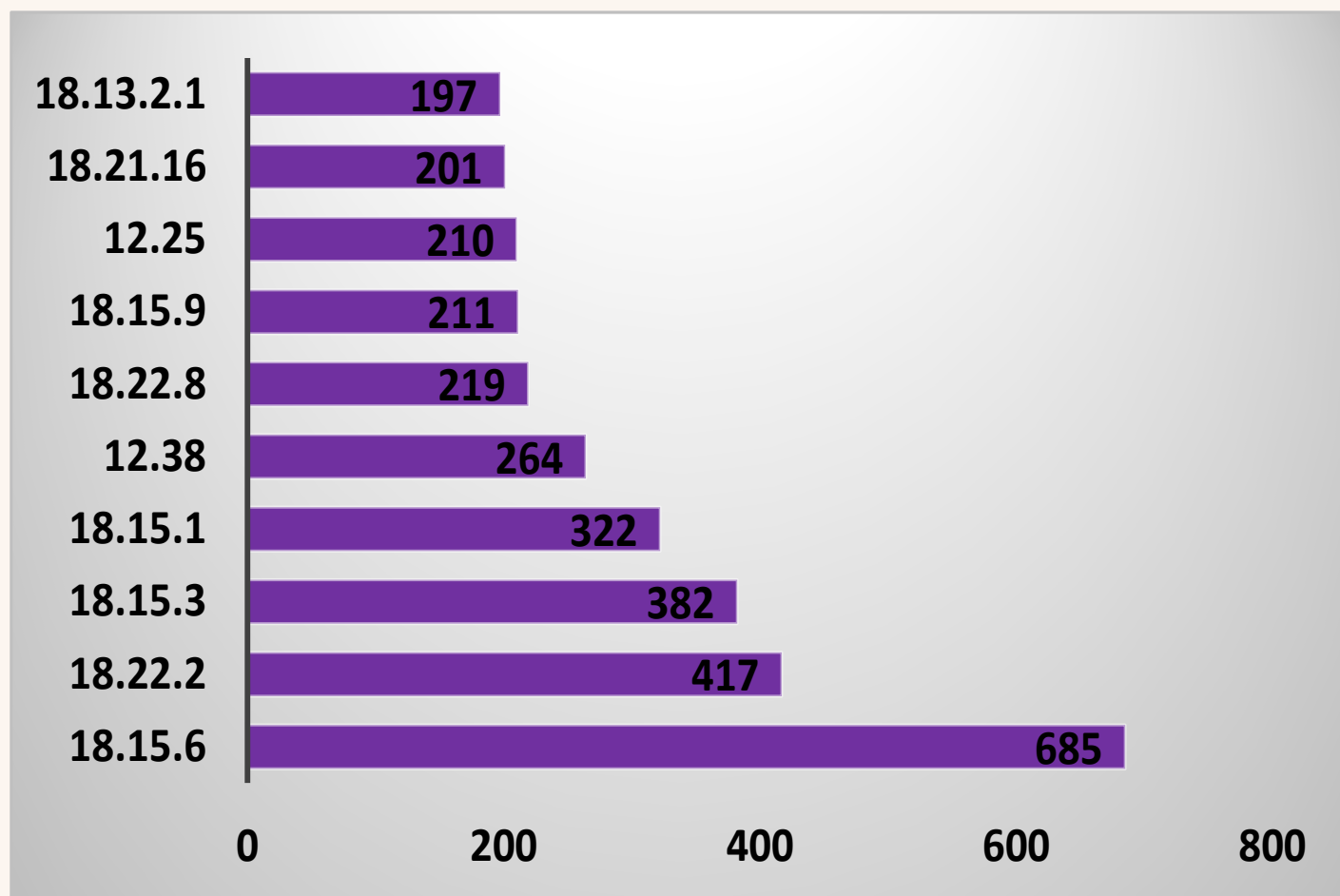
[PORTARIA CONJUNTA SEPRT N.º 77, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020](#) (DOU de 23/10/2020 Seção I Pág. 433) - Aprova a versão S-1.0 RC do leiaute do Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (eSocial). (Processo nº 19964.112243/2020-81)

[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB N.º 1.983, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020](#) (DOU de 23/10/2020 Seção I Pág. 439) - Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.931, de 2 de abril de 2020, que suspende a eficácia do art. 3º da Portaria RFB nº 2.860, de 25 de outubro de 2017, e do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, em decorrência da emergência de saúde pública acarretada pelo coronavírus (Covid-19).



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Interdição” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2020 (jan/ago):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Interdição : É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os artigos da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram utilizados para paralisar as atividades de itens encontrados nos canteiros de obra da Indústria da Construção, por ter sido caracterizado “grave e iminente risco” a segurança e a saúde dos trabalhadores, durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações”, “autuações” ou “regularizados na ação fiscal” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

18.15.6. Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

18.22.2 Devem ser protegidas todas as partes móveis dos motores, transmissões e partes perigosas das máquinas ao alcance dos trabalhadores.

18.15.3 O piso de trabalho dos andaimes deve ter forração completa, ser antiderrapante, nivelado e fixado ou travado de modo seguro e resistente.

18.15.1 O dimensionamento dos andaimes, sua estrutura de sustentação e fixação, deve ser realizado por profissional legalmente habilitado.

12.38 As zonas de perigo das máquinas e equipamentos devem possuir sistemas de segurança, caracterizados por proteções fixas, proteções móveis e dispositivos de segurança interligados, que garantam proteção à saúde e à integridade física dos trabalhadores.

18.22.8 Toda máquina deve possuir dispositivo de bloqueio para impedir seu acionamento por pessoa não-autorizada.

18.15.9 O acesso aos andaimes deve ser feito de maneira segura.

12.25 Os comandos de partida ou acionamento das máquinas devem possuir dispositivos que impeçam seu funcionamento automático ao serem energizadas.

18.21.16 Os canteiros de obras devem estar protegidos por sistema de proteção contra descargas atmosféricas - SPDA, projetado, construído e mantido conforme normas técnicas nacionais vigentes.

18.13.2.1 As aberturas, em caso de serem utilizadas para o transporte vertical de materiais e equipamentos, devem ser protegidas por guarda-corpo fixo, no ponto de entrada e saída de material, e por sistema de fechamento do tipo cancela ou similar

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula